



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES)** em sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e vinte e dois minutos e com término às doze horas e quarenta minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão do programa **PATE** (Programa de Apoio ao Transporte do Estudante) (Arts. 20 e 21) no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Sandro Augusto Silva Ferreira representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPES/SESu); Camila Alves de Oliveira (GM/AP/MEC); Rafaela Campos Sardinha, Pesquisadora e Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Amanda Machado dos Santos Duarte, Assessora Especial e representante titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/GAB/MEC); Carolynne Maria Granja Ferraz, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC); André Luís de Jesus Fernandes, Coordenador-Geral de Bolsas e Auxílios do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – FNDE; Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); Lucas Piaia, representante da ANPG; Mariana Chagas, representante da UBES, Pedro Rodrigues de Alencar, Diretor de Assistência Estudantil e Humanização da Universidade do Distrito Federal (UnidF); Télio Nobre Leite, reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Ércules Machado Rocha, Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA; Priscila Lelis Cagni, Coordenadora-Geral da CAPES; Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Coordenadora de Projetos SEGAPE/MEC (DMAPE/SEGAPE/MEC); Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais e representante da UNE; Elayne Messias Passos, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MEC); Naita Aparecida Nunes de Lima, Representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC). A reunião foi iniciada por **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** que justificou a realização de reuniões extras para aprofundar temas específicos, sendo o foco desta o transporte estudantil. Explicou que a metodologia da reunião se daria da seguinte forma: apresentações iniciais da SETEC e da SESU (até 15 minutos) e; exposições dos convidados (até 10 minutos, com tolerância) e debate com o grupo (falas de até 3 minutos por inscrito, com possibilidade de reinscrição). Informou que a reunião seria encerrada às 11h30, com tempo reservado para avisos e organização das próximas etapas. Agradeceu a presença dos convidados professor Télio (Reitor da UNIVASF) e professor Ércules Rocha (IFBA). Em seguida, **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)**, que reforçou que esta é uma reunião extraordinária voltada ao debate e escuta dos membros do GT. Lembrou que os dados sobre transporte e a ação orçamentária 2994 já foram apresentados em reunião anterior. Destacou os desafios do transporte estudantil, especialmente em regiões interiorizadas onde há expansão dos institutos federais. Mencionou a dificuldade de acesso, altos custos e ausência de opções de transporte em muitos territórios. Apontou a perda de qualidade do transporte após a pandemia, com redução de linhas em áreas menos populosas. Enfatizou a importância do tema para garantir a permanência dos estudantes e agradeceu a colaboração dos participantes na construção de soluções. Após, **Artur Antônio dos Santos Araújo**

(SESU/GAB/MEC) saudou os participantes e reforçou o papel essencial do Programa de Apoio ao Transporte ao Estudante na democratização do acesso à educação superior. Destacou que o transporte é um dos principais indicadores de necessidade de apoio social, conforme dados do Censo da Educação Superior. Enfatizou a importância da diversidade de experiências dos participantes do GT para construção de soluções inovadoras e eficazes. Informou que o prazo para envio de sugestões via formulário foi prorrogado, e que o link seria enviado novamente para contribuições formais no chat da reunião. Lembrou que duas atas (uma referente à 7ª reunião ordinária e outra à 2ª Reunião extraordinária) estavam pendentes de aprovação e seriam deliberadas ainda nesta reunião. Agradeceu a presença dos participantes e reforçou o compromisso com a construção coletiva da normativa. **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** reforçou a importância do registro de presença pelos membros do GT, via link disponibilizado no chat da reunião. Explicou o processo de apreciação das atas pendentes, que poderia ser feito ao longo da reunião com sugestões enviadas pelo chat. Reiterou que o envio de contribuições pelo formulário é obrigatório para os membros do GT e sugeriu o início das apresentações dos convidados, começando pelo professor Ércules Rocha, e ofereceu suporte técnico caso necessário para compartilhamento de materiais. Logo, **Ércules Rocha – IFBA / Fórum de Políticas Estudantis do CONIF** iniciou sua fala se apresentando como enfermeiro escolar e chefe do Departamento de Assuntos Estudantis do IFBA há dois anos. Afirmou que representa o Fórum de Políticas Estudantis do CONIF, presidindo a Comissão Permanente de Transporte e Moradia. Deu prosseguimento à sua fala com um relato humanizado de uma estudante fictícia chamada "Maria", que enfrenta múltiplas barreiras diárias para acessar o campus do IFBA em Feira de Santana, evidenciando os desafios enfrentados por estudantes da rede federal. Destacou a complexidade da mobilidade estudantil, especialmente em áreas rurais e interiorizadas, onde o transporte depende de caronas, apoio informal de prefeituras e múltiplos deslocamentos. Apontou a ausência de uma política nacional específica de transporte estudantil para a rede federal, além da falta de articulação entre os entes federativos (União, estados e municípios). Mencionou a diversidade de meios de transporte utilizados pelos estudantes (mototáxi, transporte fluvial, terrestre) e os desafios legais para estudantes menores de idade, especialmente nos campi que ofertam ensino fundamental. Ressaltou a necessidade de transporte acessível e seguro, incluindo transporte escolar adaptado para estudantes com deficiência. Apresentou a realidade das parcerias com prefeituras, que muitas vezes são informais, instáveis ou de baixa qualidade, com relatos de ônibus superlotados e inseguros. Sugeriu a criação de transporte circular nos municípios para facilitar o deslocamento dos estudantes até os campi. Defendeu maior articulação interinstitucional e ampliação do acesso ao passe livre estudantil, especialmente nas capitais. Destacou a existência de um arcabouço legal que pode fundamentar ações de apoio ao transporte escolar, e indicou que apresentaria propostas de solução nos próximos slides. Reforçou a lacuna existente na rede federal quanto à capilaridade intermunicipal, destacando a necessidade de articulação com o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), mesmo que este ainda não contemple diretamente os institutos federais. Defendeu que a regulamentação da política de transporte estudantil deve incluir diretrizes claras para execução, com definição de responsabilidades entre os entes federativos e os próprios institutos. Sugeriu que os institutos federais possam ofertar transporte com veículos próprios, além de firmar parcerias com estados e municípios, especialmente em regiões de fronteira interestadual. Apontou a importância de monitoramento, fiscalização e gestão do transporte para garantir regularidade e segurança no deslocamento dos estudantes. Propôs a implementação de transporte gratuito, seguro, acessível e sustentável, com atenção especial às pessoas com deficiência e às regiões sem transporte público. Destacou que a nota técnica da comissão traz parâmetros como: avaliação da distância entre residência e campus para definir se o estudante deve receber apoio de transporte ou ser direcionado a programas de moradia estudantil; garantia de acessibilidade nos meios de transporte e; necessidade de financiamento sustentável, com orçamento robusto e ação articulada entre União, estados e municípios. Reiterou que a política precisa ser construída com base em práticas já existentes e adaptada à realidade da rede federal, visando a permanência estudantil com equidade e segurança. Reforçou que o auxílio transporte via Programa de Assistência Estudantil deve ser considerado como benefício direto, articulado com outras soluções estruturais. Defendeu a necessidade de financiamento sustentável e orçamento robusto para garantir a implementação efetiva do programa. Destacou a importância do controle social e da participação estudantil no acompanhamento, análise e monitoramento da política de transporte. Apresentou os quatro pilares principais propostos pela comissão para enfrentar os desafios vivenciados por estudantes como "Maria": 1- Financiamento e ampliação do passe livre estudantil, com

destaque para desigualdades regionais (ex.: estudantes do IFB em Brasília têm acesso, mas os de Goiás não); 2 - Aquisição e manutenção de frota própria pelos institutos, com horários específicos para garantir segurança e acesso, especialmente em campi periféricos ou distantes; 3 - Capilaridade e auxílio financeiro direto, para estudantes que precisam contratar transporte por conta própria, como no caso de Maria e; 4 - Corresponsabilização dos entes federativos, transformando o apoio em política de Estado e não apenas em ações pontuais ou informais. Defendeu uma estrutura orçamentária integrada, com origem de recursos pactuada entre União, estados e municípios, e uso de dados educacionais para fundamentar a alocação. Reiterou a priorização de estudantes com baixa mobilidade, garantia de transporte para longas distâncias e inclusão de diversas modalidades de transporte, respeitando a diversidade territorial do Brasil. Propôs o monitoramento via sistemas como o SisPnaes, com participação dos Conselhos Internos dos Institutos Federais e dos Conselhos Municipais de Educação. Finalizou destacando que o Programa de Apoio ao Transporte é essencial para a permanência e inclusão dos estudantes da rede federal, e que a situação de Maria representa a urgência e a esperança por soluções concretas. Após, Fábio repassou a palavra a **Télio Leite – Reitor da UNIVASF**, que cumprimentou os organizadores da reunião e os demais participantes, destacando a relevância da apresentação do Prof. Ércules Rocha, com quem compartilha preocupações semelhantes. Apresentou o contexto da UNIVASF, universidade com atuação interestadual nos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, o que traz desafios específicos à mobilidade estudantil. A universidade foi criada em 2002 e implantada a partir de 2004, com expansão para seis municípios: Petrolina, Juazeiro, São Raimundo Nonato, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso e Salgueiro. Destacou que o principal desafio de transporte está relacionado ao campus de Ciências Agrárias, localizado na zona rural de Petrolina, distante do centro urbano. Afirmou que inicialmente, não havia linha de transporte regular para o campus rural. A universidade contratou empresa de transporte alternativo e distribuía vales-transporte aos estudantes. Frisou que em 2011, após recomendação da auditoria interna, a universidade passou a conceder auxílio financeiro direto aos estudantes para que adquirissem o transporte por conta própria. Afirmou que essa mudança gerou problemas: os estudantes passaram a utilizar o recurso de forma diversa, e a empresa contratada alegou prejuízo, encerrando o serviço em 2013. Destacou que a partir de 2014, a UNIVASF optou por adquirir frota própria, utilizando os recursos antes destinados ao transporte terceirizado. A frota própria passou a interligar os campi, especialmente entre Petrolina e Juazeiro, enfrentando dificuldades como a ausência de meia passagem para estudantes que cruzam fronteiras estaduais. Destacou que o modelo atual, com linha circular própria, oferece benefícios indiretos aos estudantes, garantindo mobilidade entre unidades acadêmicas e maior segurança no deslocamento. Enfatizou que a experiência da UNIVASF reforça a necessidade de políticas públicas estruturadas e financiamento adequado para garantir o transporte estudantil, especialmente em regiões interiorizadas e de fronteira. Apontou que o modelo de transporte com frota própria adotado pela UNIVASF se mostrou, inicialmente, mais econômico do que o repasse direto de recursos aos estudantes. Destacou que esse modelo também contribui para reduzir o uso de transporte individual, promovendo sustentabilidade. No entanto, ao longo dos anos, surgiram desafios operacionais, tais como, manutenção da frota envelhecida, com veículos parados por longos períodos; superlotação, insatisfação estudantil e exigência por qualidade no serviço e; problemas com empresas terceirizadas de motoristas, incluindo paralisações por falta de pagamento. Destacou que a frota atual conta com 12 ônibus, 12 motoristas e apenas 3 servidores na equipe de gestão, operando 38 itinerários diários (manhã, tarde e noite), totalizando mais de 1.200 km por dia. Afirmou que estimativas internas indicam que o custo por quilômetro é de R\$7,00 (sete reais), enquanto o custo médio por estudante seria de R\$2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), comparado à tarifa de transporte coletivo -R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) - e complementar - R\$4,00(quatro reais). Ressaltou que, sem o transporte, o campus de Ciências Agrárias fica esvaziado, comprometendo o funcionamento acadêmico. Em situações críticas (como paralisações ou problemas climáticos), informou que a universidade recorre a aulas remotas emergenciais para manter as atividades. Reforçou que, apesar dos esforços, não há perspectiva de ampliação da frota sem aumento de financiamento. Enfatizou a importância de negociações com o poder público e da construção de uma política nacional que reconheça e apoie o transporte estudantil como instrumento essencial para a permanência e inclusão na educação superior. Reforçou que, embora a UNIVASF tenha adotado o modelo de transporte estudantil com frota própria, essa não deve ser considerada uma solução universal, dado seu alto custo e baixa sustentabilidade a médio prazo. Apontou a falta de definição clara das contrapartidas entre município,

estado e União quanto à responsabilidade pelo transporte dos estudantes. Relatou diversas tentativas de negociação com o poder público municipal, especialmente com a prefeitura de Petrolina, sem avanços significativos. Mencionou a pressão da sociedade civil, incluindo vereadores, estudantes e pesquisadores, que têm buscado soluções para o problema. Informou que a universidade está respondendo a procedimentos abertos pelo Ministério Público Federal e Estadual, devido a denúncias relacionadas à qualidade e interrupções no serviço de transporte. Destacou que a empresa concessionária do transporte público de Petrolina também enfrenta dificuldades financeiras, o que agrava o cenário. Sugeriu que o campus de Ciências Agrárias fosse incluído na nova licitação municipal de transporte público, como alternativa para garantir acesso. Concluiu que o modelo atual é insustentável, com custos crescentes e dificuldades operacionais, e que as medidas adotadas têm sido paliativas. Alertou que instituições com campi em zonas rurais ou interiorizadas, como universidades e institutos federais, devem atuar de forma integrada e buscar soluções padronizadas em nível nacional. Finalizou enfatizando sobre a necessidade de convocar estados e municípios para o debate, visando a construção de um sistema de transporte estudantil estável, acessível e eficiente, essencial para a garantia da permanência estudantil. **Amanda Machado dos Santos Duarte – SETEC/MEC** agradeceu as apresentações dos convidados, destacando a relevância das reflexões políticas e legais trazidas por Prof. Ércules Rocha e a profundidade da experiência prática compartilhada pelo Prof. Télió Leite. Enfatizou que a fala do reitor da UNIVASF revela uma escolha política institucional voltada à inclusão e permanência estudantil, enfrentando desafios que muitos gestores evitam. Reconheceu que a maioria das instituições não possui frota própria voltada ao transporte diário dos estudantes, sendo comum o uso de veículos apenas para atividades pontuais como visitas técnicas. Destacou que a UNIVASF, ao estruturar uma frota com itinerários regulares, criou uma espécie de empresa de transporte interna, o que representa um modelo inspirador, embora desafiador. Compartilhou sua experiência pessoal em um campus de difícil acesso, onde estudantes percorrem até 300–400 km por dia, com custos mensais de transporte chegando a R\$ 600,00 (seiscentos reais), inviáveis sem apoio da assistência estudantil. Ressaltou que o modelo apresentado pela UNIVASF mostra que é possível ampliar o alcance institucional, desde que haja disposição política e planejamento. Valorizou a sinceridade do reitor ao expor também as dificuldades enfrentadas, como greves, superlotação e exigência por qualidade, que refletem o engajamento dos estudantes e a importância do serviço prestado. Finalizou expressando esperança de que essa experiência possa inspirar outras instituições e contribuir para a construção de soluções coletivas e sustentáveis para o transporte estudantil. Posteriormente, **Sandro Augusto Silva Ferreira, representante suplente da ANDIFES** agradeceu aos convidados pelas apresentações e iniciou sua fala recuperando o sentido da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto lei, diferenciando-a do decreto que regulamenta o programa de assistência estudantil nas universidades. Destacou que a PNAES é uma política nacional voltada à garantia de direitos estudantis, e não apenas um conjunto de ações financiadas pelas universidades. Criticou a visão limitada que atribui responsabilidade exclusiva às instituições de ensino, reforçando que a execução da política é dever do Estado como um todo, incluindo União, estados e municípios. Apontou que o transporte público é responsabilidade dos municípios, mas essa atribuição não tem sido assumida, especialmente no transporte coletivo urbano e intermunicipal. Denunciou que empresas privadas, mesmo operando concessões públicas, priorizam lucro e não garantem linhas deficitárias, sem que haja contrapartida ou cobrança efetiva por parte das prefeituras. Destacou que muitos municípios oferecem transporte intermunicipal para estudantes de universidades privadas, mas não para estudantes de instituições públicas, revelando uma inversão de prioridades. Defendeu que o Estado federal convoque os prefeitos e governadores para assumir responsabilidades com o transporte estudantil, especialmente intermunicipal. Sugeriu que o FNDE seja envolvido nas discussões, com possibilidade de ajuste na legislação para permitir que os ônibus escolares ("amarelinhos") também atendam estudantes universitários. Propôs a criação de programas específicos de financiamento para que prefeituras possam garantir esse serviço, com apoio da União. Reiterou que, embora a experiência da UNIVASF seja louvável, não é sustentável que universidades assumam sozinhas responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com outros entes federativos, sob risco de comprometer o custeio institucional. **Fábio da Silva Paiva – SE/GAB/MEC** agradeceu aos participantes e trouxe informações sobre discussões em andamento no Congresso Nacional relacionadas ao passe livre estudantil. Destacou que há avanço de projetos legislativos sobre o tema, inclusive propostos por parlamentares de partidos de centro e direita, o que surpreendeu positivamente o GT, indicando que o tema

pode ter menos resistência política do que se imaginava. Ressaltou que o Ministério da Educação foi recentemente instado a se posicionar sobre esses projetos, evidenciando a relevância e atualidade do debate. Observou que, embora o passe livre estudantil seja uma proposta promissora, não resolve todas as especificidades da rede federal, especialmente no que diz respeito às diferenças entre universidades e institutos federais, e às realidades locais de cada instituição. Reforçou que essas especificidades foram evidenciadas nas falas de Ércules Rocha e Télió Leite, que mostraram como a ausência de transporte adequado afeta diretamente a permanência estudantil. Enfatizou que o debate no GT é essencial para subsidiar a construção de normativos que contemplem a diversidade institucional e territorial da rede federal. Finalizou destacando que há uma discussão nacional em curso, tanto na Câmara quanto no Senado, sobre a criação de um modelo nacional de passe livre estudantil, e que o GT deve acompanhar e contribuir com esse processo. Posteriormente a palavra foi repassada à **Rafaela Campos Sardinha**, que parabenizou os convidados e destacou a importância de uma gestão institucional eficiente, que mesmo diante da escassez de recursos, consegue manter programas de transporte estudantil bem estruturados. Propôs que a regulamentação da assistência estudantil articule transporte e moradia, considerando dados sobre a localização dos estudantes e a distância até os campi. Sugeriu que a regulamentação contemple a definição clara das responsabilidades entre os entes federativos e as instituições de ensino, evitando sobreposições e lacunas. Recomendou que essas propostas sejam registradas em ata como contribuições ao GT, para orientar a construção da regulamentação. Após, **Elayne Messias Passos – GAB/GM/MEC** agradeceu aos professores Ércules e Télió pelas exposições, destacando a proximidade da realidade apresentada com a de seu estado, Sergipe. Reforçou a fala de Fábio e Sandro sobre a necessidade de convocar os municípios à responsabilidade pelo transporte estudantil, especialmente em regiões interiorizadas. Compartilhou que foi procurada por parlamentares de centro-direita com propostas de lei voltadas à incorporação de ônibus escolares ("amarelinhos") ao patrimônio municipal, com potencial uso para transporte de estudantes universitários. Mencionou que o programa Caminho da Escola já realizou parcerias com universidades e institutos federais, e que há novas atas com previsão de aquisição de milhares de ônibus. Sugeriu que o GT avalie a possibilidade de incidir sobre esses projetos de lei, conhecendo melhor as propostas e os territórios envolvidos, especialmente os que tratam da ampliação do uso dos ônibus escolares para estudantes do ensino superior. Destacou que, em muitos municípios pequenos, não há frota regulamentada, o que dificulta a responsabilização direta dos municípios e exige soluções legislativas e estruturais. Finalizou propondo que o GT dialogue com a assessoria parlamentar para entender melhor os projetos em tramitação e avaliar formas de influenciar positivamente a legislação para a construção de uma política nacional de transporte estudantil mais inclusiva e eficaz. **Fábio da Silva Paiva – SE/GAB/MEC** concordou com a proposta de Elayne sobre a importância de dialogar com o Congresso Nacional, mas destacou que essa mobilização deve ocorrer no âmbito do MEC, e não diretamente no Grupo de Trabalho (GT). Reforçou que o passe livre estudantil é uma pauta historicamente ligada à esquerda e aos movimentos estudantis, com acúmulo de debates e lutas nesse campo. Expressou surpresa ao ver que projetos sobre passe livre estão sendo apresentados por parlamentares de centro e direita, o que pode indicar abertura para diálogo e avanço legislativo. Reconheceu que há dificuldades de interlocução com o Congresso, mas que o surgimento de propostas por grupos inesperados pode representar oportunidades estratégicas. Enfatizou que o passe livre estudantil é parte de uma pauta mais ampla de direitos sociais, e que o GT deve continuar contribuindo com subsídios técnicos e políticos para fortalecer essa agenda. Finalizou passando a palavra à representante estudantil Leticia, reconhecendo a legitimidade da sua voz nesse debate. **Leticia Holanda – UNE (União Nacional dos Estudantes)** agradeceu a oportunidade de fala e reconheceu a complexidade do tema, destacando a surpresa positiva ao ver parlamentares de campos políticos diversos apresentando propostas relacionadas à educação e ao transporte estudantil. Reforçou que, para o movimento estudantil, defender a educação é prioridade, independentemente da origem partidária das propostas. Mencionou a campanha nacional pelo passe livre estudantil, realizada em parceria com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), com avanços em cidades como Juiz de Fora (MG) e Rio Branco (AC), onde há iniciativas para tornar o transporte gratuito. Destacou que o transporte estudantil é uma dimensão histórica da assistência estudantil, prevista no decreto da PNAES, mas ainda não devidamente regulamentada, especialmente para estudantes do ensino superior. Apontou que a falta de regulamentação e financiamento adequado compromete a permanência de estudantes de baixa renda, e que muitas universidades dependem de emendas parlamentares ou parcerias locais para viabilizar

transporte. Compartilhou a experiência da UFAC (Universidade Federal do Acre), que mantém parcerias com prefeituras para oferecer transporte circular entre bairros vulneráveis e o campus, incluindo municípios vizinhos como Bujari e Senador Guiomard. Sugeriu que o MEC, por meio da SESu, SETEC ou FNDE, articule ações conjuntas com estados e municípios para estruturar políticas de transporte estudantil. Defendeu a integração do ensino superior ao PNATE, permitindo que estudantes universitários também sejam contemplados por programas de transporte escolar. Informou que a UNE está elaborando uma proposta de programa nacional de apoio ao transporte estudantil para educação superior e profissional, com base em estudos técnicos, visando apresentar ao MEC uma proposta sólida e viável. Destacou que o transporte é uma das principais medidas de acesso à educação, especialmente para estudantes de regiões rurais e metropolitanas com alto custo de mobilidade, reforçando que o transporte estudantil é uma prioridade histórica para o movimento estudantil. Expressou esperança de que o país avance rumo à universalização do passe livre estudantil, tornando o transporte acessível a todos os estudantes, especialmente os de baixa renda e de regiões rurais ou metropolitanas com alto custo de mobilidade. Reiterou o compromisso da UNE em contribuir com propostas concretas, como o programa nacional de apoio ao transporte estudantil para a educação superior e profissional, atualmente em elaboração. Finalizou colocando a entidade à disposição do GT e do MEC para colaborar na construção de soluções estruturantes, que garantam o direito ao transporte como parte da política de permanência estudantil. **André Luiz de Jesus Fernandes – FNDE** parabenizou os professores Télió e Ércules pelas apresentações e reconheceu o impacto das experiências compartilhadas. Reforçou que o transporte escolar é um desafio nacional, especialmente para o ensino superior, e colocou o FNDE à disposição para colaborar na busca por soluções. Destacou que o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) inclui não apenas a aquisição de veículos, mas também assistência técnica e operacional, o que pode ser explorado para ampliar o atendimento. Defendeu que o GT produza um documento técnico com diretrizes e propostas, que possa sensibilizar o Congresso Nacional e indicar caminhos para a regulamentação e financiamento do transporte estudantil. Reconheceu que o FNDE tem competência limitada à educação básica, mas que há ações inovadoras e pontuais que podem ser adaptadas ou ampliadas para atender o ensino técnico e superior. Sugeriu que o GT provoque a unidade técnica do FNDE responsável pelo PNATE, para explorar alternativas viáveis e já existentes que possam ser estendidas. Mencionou estudos anteriores realizados com o Inmetro, que incluíram veículos adaptados para áreas críticas, como ônibus 4x4, barcos e bicicletas, indicando que há lastro técnico para ampliar a cobertura. Enfatizou que o GT deve atuar como articulador político e técnico, construindo um mapa decisório que facilite a adesão de diferentes entes e promova a inclusão do ensino superior nos mecanismos já existentes. Finalizou reafirmando o compromisso do FNDE em colaborar dentro de sua competência, e destacou que o transporte escolar é essencial para garantir qualidade, estrutura e permanência estudantil no ensino técnico e superior. **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** reforçou o reconhecimento do GT sobre a excelência do programa de transporte escolar do FNDE, destacando o desejo coletivo de ampliar sua atuação para o ensino técnico e superior. Agradeceu a participação dos convidados, especialmente os professores Ércules Rocha (IFBA) e Télió Leite (UNIVASF), pelas contribuições valiosas ao debate. Solicitou que os membros do GT registrem presença e apreciem as atas disponíveis para aprovação. Informou que, como não houve manifestações contrárias, as atas foram aprovadas por consenso. Reforçou o prazo para envio de contribuições via formulário, especialmente pelos membros do GT. Indicou que a fala de Sandro Augusto Silva Ferreira seria a última da reunião, para que houvesse tempo de concluir os trâmites burocráticos. **Sandro Augusto Silva Ferreira (FONAPRACE)** apresentou uma proposta recebida da vice-reitora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): a criação de um organismo interinstitucional de acompanhamento da política, inspirado em modelos como o SUS. Sugeriu que esse organismo poderia articular os diversos entes federativos e garantir o sucesso da implementação da política de assistência estudantil, especialmente no eixo do transporte. Recomendou que a ideia fosse registrada em ata como proposta para consideração futura. **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** informou que, como não houve manifestações contrárias no chat, as atas foram aprovadas por consenso. Reforçou a importância do registro de presença e do envio de contribuições via formulário pelos membros do GT. Agradeceu aos convidados, especialmente os professores Télió Leite (UNIVASF) e Ércules Rocha (IFBA), pelas contribuições valiosas. Anunciou a próxima reunião extraordinária, que tratará da assistência estudantil na pós-graduação, com apresentação da ANPG. Apoiou a sugestão de Artur Araújo para convidar Capes e Inep à próxima reunião,

com apoio de Rafaela Sardinha para articulação com o Inep. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SETEC/MEC) agradeceu a participação de todos e destacou que a reunião foi extremamente produtiva, com contribuições fundamentais para a construção dos subsídios da política. **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/MEC) reforçou a importância de ações coordenadas entre os entes federativos, destacando o impacto da falta de transporte na exclusão estudantil. Agradeceu pelas contribuições e confirmou o compromisso da SESU em seguir trabalhando por soluções estruturantes. **Télio Leite** (UNIVASF) agradeceu o convite e colocou-se à disposição para continuar colaborando com o GT, compartilhando experiências e contribuindo com soluções. **Ércules Rocha** (IFBA / Fórum de Políticas Estudantis) agradeceu o espaço e reafirmou o compromisso da Comissão Permanente de Transporte e Moradia do Fórum de Políticas Estudantis em contribuir com análises e propostas conjuntas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h40min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6291429** e o código CRC **A82DFA50**.